
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é



Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 1º de março de 2021

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Magnússon de Carvalho

Marcos Magnússon de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – AEROPORTO DE BRASÍLIA

Panorama político e econômico

A crise econômica, social e sanitária desencadeada pela pandemia de covid-19, no ano de 2020, interrompeu a agenda de reformas macroeconômicas, defendida pelo Governo e tida como uma das razões da eleição do presidente Jair Bolsonaro. A pandemia reorientou os esforços do Governo para reduzir os impactos da interrupção forçada da economia. Diversas medidas foram adotadas, a exemplo do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, a redução de jornadas com proporcional redução de salários e linhas de crédito emergenciais para as empresas como forma de preservar empregos.

Apesar das medidas, a taxa de desemprego registrada atingiu 14,4%, a maior desde 2012, atingindo 13,8 milhões de brasileiros. Até novembro de 2020, o PIB registrava queda de 4,63% no acumulado do ano. Os números oficiais ainda não foram divulgados. A pandemia de covid-19 sacudiu a economia global como um todo. A CNN Business divulgou estimativa do FMI de encolhimento de até 4,4% da economia global em 2020. O mesmo veículo de imprensa reportou que o mercado financeiro espera que o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação do país, fique em 4,52% em 2020, a mais alta desde 2016. A taxa Selic está na mínima histórica de 2% ao ano, seguindo a tendência mundial de injeção de liquidez monetária como medida anticíclica para debelar a crise econômica.

Segundo o Banco Mundial, para 2021 espera-se crescimento da economia brasileira da ordem de 3%. Os economistas projetam a inflação abaixo do centro da meta, em cerca de 3,75%. Segundo o Boletim Focus, divulgado no dia 25/01 pelo Banco Central, analistas acreditam que tanto o IPCA quanto a Selic chegarão em 3,5% até o final do ano.

O ano de 2021 também reserva grandes desafios políticos. O Congresso Nacional será peça fundamental para a organização das contas públicas. O déficit público, incluindo gastos com juros, superou pela primeira vez a marca de R\$ 1 trilhão. Restam dúvidas acerca do apoio político para retomar agendas de importância estrutural para o país, a exemplo da Reforma Administrativa, do avanço das privatizações e da Reforma Tributária.

A cadência da retomada econômica e os rumos da opinião pública deverão também ser ditados pela evolução do Programa Nacional de Imunizações.

Perspectivas para a aviação em 2021

Apesar do otimismo, ainda remanescem desafios importantes para a retomada efetiva da aviação global e também no Brasil. A crise da pandemia de covid-19 devastou a indústria da aviação. O Brasil chegou a ver reduzidos os 2,5 mil voos domésticos diários para apenas 180. Ainda sofrendo com os impactos da pandemia, o setor já começa a observar uma retomada. Segundo a Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas), as ofertas de voos vêm sendo retomadas desde maio de 2020. Estarão em pauta ao longo de 2021, além da retomada econômica e, por conseguinte, o restabelecimento das viagens aéreas, questões como protocolos de biossegurança, custos com infraestrutura e novas alianças entre as empresas e entidades do setor.

Uma das novidades de 2021 pode ser o lançamento de duas companhias aéreas, a Ita Transportes Aéreos e a Nella Linhas Aéreas. As duas companhias pretendem começar a operar no primeiro semestre de 2021. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) já está analisando os documentos das empresas.

A Nella Linhas Aéreas será a primeira companhia brasileira criada com capital 100% estrangeiro. Um dos diferenciais da empresa será o fato de ter aeronaves próprias, em vez dos contratos de aluguel (leasing). A Nella Linhas Aéreas já comprou cinco modelos ATRs-72 com 70 assentos. Segundo divulgações da companhia, Brasília deverá ser o seu centro de operações.

Com planos de operar em 17 cidades brasileiras até o final de março de 2021, a Itapemirim Linhas Aéreas terá em sua frota 10 aeronaves Airbus A320. A nova empresa vai manter as mesmas cores da empresa de ônibus, a Viação Itapemirim. Conforme publicado pela companhia na imprensa, a empresa terá hub em quatro aeroportos: Guarulhos (SP), Galeão (RJ), Brasília (DF) e alguma cidade do Nordeste, que ainda não está definida. Segundo informou o presidente Itapemirim em outubro de 2020, a nova empresa aérea do grupo deverá entrar em operação em março de 2021, com voo inaugural entre São Paulo e Brasília.

Aeroporto de Brasília

A pandemia acertou em cheio o setor aéreo mundial. Com as medidas de isolamento social e o fechamento de fronteiras, a paralização da aviação foi global e o

setor foi um dos mais atingidos e prejudicados pela crise que o coronavírus trouxe com ele. Pode-se dizer que este foi o pior ano na história da aviação.

O Aeroporto da capital federal, o 3º mais movimentado do país, também sofreu com as consequências da pandemia. O terminal brasileiro fecha o ano de 2020 com a movimentação de 15 anos atrás, com 8 milhões de passageiros e 80 mil pousos e decolagens. Este número representa um fluxo de aeronaves 45% inferior a 2019 e um movimento de pessoas 53% menor que 2019. O menor número já registrado desde que a Inframerica assumiu a concessão do terminal aéreo, em 2012.

O movimento registrado em 2019 no Aeroporto de Brasília foi de quase 17 milhões de passageiros e 144 mil pousos e decolagens. Lembrando que em 2019 a paralização das operações da Avianca impactou os dados do ano, já que o Aeroporto de Brasília era um dos hubs da empresa aérea, com uma média de 30 voos diários.

Entretanto, vem acontecendo uma retomada das operações e o Aeroporto de Brasília vem crescendo mês a mês. Em dezembro o terminal aéreo teve a 8ª alta consecutiva de voos e passageiros e registrou 1 milhão de usuários. Número este que, antes da pandemia, era a movimentação regular do aeroporto fora da alta temporada.

O mês de abril 2020 foi o pior resultado do Aeroporto. Foi o período que a redução da demanda por voos se agravou e o movimento foi de apenas 45.577 usuários. A queda na movimentação de pessoas no mês chegou a 96,5%, quando comparado com o mesmo período de 2019. Este número chegou a ser a menor marca dos últimos 25 anos que se tem estatísticas do terminal aéreo.

O impacto na movimentação internacional também foi grande. No dia 25 de março foram suspensos todos os voos internacionais diretos da capital federal para os nove destinos que opera para o exterior. Em setembro a TAP retomou os voos para Lisboa com uma frequência menor e em novembro a Copa Airlines voltou a operar com dois voos semanais para o Panamá. A companhia aérea American Airlines anunciou o encerramento das atividades no Aeroporto de Brasília. A empresa voava diariamente para Miami, Estados Unidos. Os outros voos internacionais seguem suspensos.

Para que os passageiros do Aeroporto de Brasília viagem com tranquilidade, a Inframerica, administradora do terminal, adotou diversas medidas. Ao chegar no aeroporto, o passageiro se depara com dispensers de álcool gel por todo o terminal. São mais de 100 pontos para higienização das mãos presentes em todo o trajeto até o portão

de embarque. O chão das filas de check-in, raio-x e portões de embarque estão adesivados com demarcações de distanciamento. Além disso, os balcões possuem barreiras de acrílico instaladas para proteger passageiros e funcionários.

Tanto no embarque quanto no desembarque, uma câmera termográfica mede a temperatura dos passageiros. Um bombeiro civil de aeródromo permanece no local orientando eventuais usuários que estejam com a temperatura elevada. As câmeras também alertam para o uso de máscara, obrigatório em todo o terminal aéreo. A limpeza também foi reforçada. Na entrada dos banheiros uma placa informa o horário da última higienização, que acontece a cada uma hora e meia. A equipe da Globalização, responsável pela limpeza do aeroporto, também reforçou a reposição de sabonetes, limpeza de corrimãos e há equipes dedicadas somente para a higienização dos ônibus de passageiros. Antes e depois de cada viagem os veículos são totalmente desinfetados.

Mesas, cadeiras e longarinas foram isoladas para garantir o distanciamento social. A concessionária vem tomando diversas medidas para que o passageiro possa viajar tranquilo. Investiu em tecnologia, em limpeza e modificou toda a sinalização do terminal. Para deixar os usuários cientes de todas as ações que estão sendo realizadas o Aeroporto, lançou a campanha "Para você voar tranquilo". No site, o passageiro pode encontrar todas as informações sobre o que está funcionando no aeroporto, horários, voos, e todas as atitudes tomadas pela empresa para evitar a proliferação do vírus

Por conta de todas essas ações, a Inframerica foi reconhecida internacionalmente por todo o seu esforço sanitário no combate a covid-19 no terminal aéreo. O Conselho Internacional de Aeroportos (*Airports Council International - ACI*) credenciou o aeroporto brasileiro com a *Airport Health Accreditation (AHA)* certificação de boas práticas em medidas sanitárias. A certificação comprova que a administradora implementou nos últimos meses os procedimentos sanitários necessários para atendimento do bem-estar de passageiros e funcionários. O programa reconhece também o trabalho feito pela concessionária na implementação de ações para restaurar a confiança nas viagens aéreas.

Projetos comerciais

Mesmo com a pandemia, algumas obras e projetos que já estavam em andamento prosseguiram conforme cronograma, adotando todas as medidas de segurança sanitárias.

No final de agosto, a Praça Pick Up, um novo complexo de mobilidade urbana do Aeroporto, foi entregue para início dos testes operacionais. A obra atrasou por conta da entrega de materiais, mas foi concluída e os pontos comerciais que haviam firmado contrato com a concessionária iniciaram as obras dos empreendimentos. A Praça é um centro de mobilidade urbana para os passageiros após o desembarque e também um espaço de conveniência. A nova área dá maior comodidade aos passageiros que estiverem deixando o Aeroporto. O projeto se iniciou com o objetivo de "desafogar" o trânsito nas vias de embarque e desembarque e melhorar o fluxo de veículos, e se transformou em um centro de mobilidade e de conveniência.

O espaço possui um local exclusivo para o passageiro solicitar e aguardar o transporte por aplicativo, garantindo assim, mais conforto e segurança para embarcar nos veículos. Vans, ônibus de turismo e carros locados também buscarão os usuários na nova área, tudo com foco em melhorar a experiência do usuário. O espaço já está em funcionamento e a Uber já está operando no complexo.

No 4º trimestre de 2020, um dos contratos comerciais assinados e mais esperados pelo público desde a sua divulgação foi consolidado. A Starbucks abriu duas lojas no Aeroporto de Brasília, uma em frente ao embarque doméstico e outra na Praça Pick-up, as primeiras no Centro-Oeste. Uma terceira loja deverá ser inaugurada em fevereiro de 2021. As duas cafeterias abertas no início de dezembro foram um sucesso de público. A loja localizada no piso de embarque chegou a ser a segunda mais movimentada do país. Segundo a marca, Brasília faz parte da 2ª etapa de expansão da Starbucks fora do eixo Rio-São Paulo.

Outro projeto em andamento e que a baixa demanda acabou sendo positiva para a aceleração das obras, foi a parceria com a Engie, líder global em energia e soluções. A empresa finalizou com quase 7 meses de antecedência a instalação de equipamentos em 22 pontes de embarque e desembarque do aeroporto para fornecimento de energia de fontes renováveis a aviões estacionados no terminal brasiliense. Os testes já foram iniciados e devem começar a funcionar regularmente ainda no primeiro trimestre de 2021.

Em setembro de 2020, a Inframerica entregou dois complexos logísticos: um para a GOL e um para a LATAM. A concessionária desenvolveu e construiu a infraestrutura e as duas companhias aéreas transferiram suas operações de cargas para o novo local, que

possui mais de 23 mil m2 de área total para depósito e manuseio de cargas. Um espaço mais moderno e que aumentou a área útil com relação às dimensões do antigo terminal das empresas, que agora passa a ter posições para armazenamento vertical.

Empregos

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou como pandemia o surto de Covid-19. No Brasil, o crescimento dos casos de contágio como decorrência da doença levou o governo brasileiro adotar diversas medidas legais, com impacto nas relações de emprego e na preservação de postos de trabalho. Em virtude da diminuição das atividades operacionais do Aeroporto de Brasília motivada pelas recomendações de isolamento social para redução da propagação da COVID-19, a Inframerica, em conjunto com o Sindicato Nacional dos Aeroportuários (SINA), assinou no dia 09/04/2020 um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para adesão ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - Medida Provisória (MP) nº 936/2020, convertida agora em Lei (14.020).

A Lei permitiu às empresas suspenderem temporariamente contratos de trabalho de funcionários e/ou reduzirem jornadas e salários durante o estado de calamidade pública para preservar empregos e renda. O Governo Federal compensou parte da perda financeira do trabalhador por meio do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEM) e a Inframerica manteve 100% de todos os benefícios aos seus funcionários, como por exemplo, Vale Alimentação e Refeição e Plano de Saúde.

Com isto, a concessionária preservou empregos e conseguiu diminuir despesas para passar pela crise causada pela pandemia.

Outorga

A redução no fluxo de passageiros impactou diretamente as receitas tarifárias e não tarifárias da concessionária. Por conta deste impacto no caixa, a Inframerica entrou com pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato relativo aos prejuízos decorrentes da pandemia no ano de 2020 junto ao órgão regulador.

Para tentar auxiliar as concessões e minimizar os impactos causados pela Covid-19, o Governo Federal publicou em 18 de março de 2020 a Medida Provisória 925 e Lei nº 4.034, de 5 de agosto de 2020, que postergou o pagamento das outorgas fixas e

variáveis dos aeroportos de maio e julho para dezembro de 2020 e, posteriormente, permitiu a reprogramação da data de pagamento de até 50% da parcela de 2020.

A pandemia foi reconhecida pela União como um caso de “força maior” ou “caso fortuito”, ou seja, o prejuízo não faz parte dos riscos assumidos pela iniciativa privada e deve ser compensado pelo Governo Federal.

No final do ano a diretoria da ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto de Brasília. O colegiado da Agência reconheceu que a pandemia estaria contratualmente enquadrada como risco atribuído ao poder concedente e aprovou a compensação dos prejuízos gerados pela pandemia no ano de 2020. A Inframerica solicitou que os créditos da revisão fossem restituídos por meio do abatimento das contribuições fixas, variáveis e mensais devidas pela concessionária ao governo — as quantias paga ao poder público pela exploração da atividade aeroportuária. A revisão resultou num crédito de R\$ 184,8 milhões a favor da concessionária.

A decisão da Diretoria da ANAC foi encaminhada para o Ministério da Infraestrutura, que deu seu aval sobre a forma como esse crédito será compensado.

Destaques financeiros

A pandemia do COVID-19 gerou uma redução abrupta no faturamento da companhia de 41,7%, se comparado ao exercício de 2019, sendo que as receitas tarifárias foram as mais impactadas, totalizando uma redução de R\$126 milhões. Com o objetivo de mitigar as perdas ocasionadas pela crise, a companhia fez renegociações comerciais com seus clientes, concedendo descontos nos valores de aluguel durante o período da pandemia. Outra medida para reduzir o impacto das perdas financeiras, foram as reduções dos gastos no total de R\$ 18 milhões, o que minimizou sem causar prejuízos operacionais, tanto para a companhia, quanto para os usuários que utilizavam o aeroporto. Em contrapartida fez-se necessário realizar provisões para clientes de liquidez duvidosa na ordem de R\$ 7,3 milhões. Esse resultado foi um esforço da Companhia para reduzir/mitigar o impacto ocasionado pela pandemia do covid-19.

A linha de Outras Receitas Não Operacionais teve um crescimento muito acima do normal, devido ao reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, conforme mencionado anteriormente.

Em 2020 a companhia teve aprovação da ANAC para realizar o reperfilamento da outorga fixa em 50%, que teve seu pagamento postergado para os últimos anos do contrato. Já a parcela que foi honrada no exercício corrente foi compensada com o valor do reequilíbrio econômico, gerando ainda um saldo a crédito da companhia que poderá ser utilizado no exercício seguinte.

Outras medidas para aliviar o fluxo de caixa da companhia também foram tomadas, como a adesão ao programa de Standstill do BNDES, que postergou o pagamento de juros e principal da dívida de longo prazo, por um período de 12 meses, este que teve início em abril, retomando seu pagamento apenas em março/21. A companhia conseguiu a postergação do pagamento da dívida de curto prazo de R\$18 milhões de reais também por um período de 12 meses, sendo transferido para julho/21.

Com todas as medidas de renegociações comerciais, além de redução nos custos operacionais, postergação do pagamento das dívidas de longo e curto prazo, aprovação do reequilíbrio econômico financeiro, a companhia conseguiu reduzir o impacto aliviando a movimentação do seu fluxo de caixa, inclusive zerando a necessidade de intervenção dos seus acionistas através de aporte de capital.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	64.234	77.538	14.445	14.011
Depósitos vinculados (Nota 5.1)	33.451	28.623	35.820	29.042
Contas a receber de clientes (Nota 6)	24.459	49.020	61.455	77.705
Partes relacionadas (Nota 7)	24	23	20.692	5.793
Tributos a recuperar (Nota 8)	5.181	8.134	277.392	291.958
Despesas antecipadas	2.384	3.453	35.373	21.581
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	110	11.762	8.664
Outros ativos (Nota 10)	3.644	3.886	31.859	41.199
	133.377	170.787	468.798	489.953
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar (Nota 8)	40.734	41.354	1.107.683	1.049.701
Despesas antecipadas	12	-	5.414	6.827
Depósitos judiciais (Nota 9)	2.132	4.383	2.376	2.328
Tributos diferidos (Nota 27)	320.227	572.110	74.895	79.781
	363.105	617.847	2.946.581	2.767.870
			7.934	9.031
			3.787	3.929
			4.148.670	3.919.467
Total do ativo	3.886.958	4.290.691	3.886.958	4.290.691
Passivo				
Passivo circulante				
Salários e encargos sociais (Nota 13)				
Fornecedores (Nota 14)				
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)				
Tributos a recolher				
Compromissos com o poder concedente (Nota 17)				
Partes relacionadas (Nota 7)				
Adiantamentos de clientes (Nota 18)				
Outros passivos (Nota 20)				
			468.798	489.953
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)				
Tributos a recolher				
Partes relacionadas (Nota 7)				
Adiantamentos de clientes (Nota 18)				
Compromissos com o poder concedente (Nota 17)				
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 19)				
Outros passivos (Nota 20)				
			1.107.683	1.049.701
			5.414	6.827
			2.376	2.328
			74.895	79.781
			2.946.581	2.767.870
			7.934	9.031
			3.787	3.929
			4.148.670	3.919.467
Total do passivo			4.637.468	4.409.420
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 21)				
Prejuízos acumulados				
			1.445.000	1.445.000
			(2.195.510)	(1.563.729)
			(750.510)	(118.729)
Total do passivo e do patrimônio líquido			3.886.958	4.290.691

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida (Nota 22)	211.792	357.223
(-) Custos dos serviços prestados (Nota 23)	(247.508)	(265.966)
Lucro (prejuízo) operacional bruto	(35.716)	91.257
Despesas de comercialização (Nota 25)	(16.602)	(10.276)
Despesas administrativas (Nota 24)	(35.690)	(33.963)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas (Nota 26)	162.763	3.936
	110.471	(40.303)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	74.755	50.954
Receitas financeiras (Nota 27)	23.309	7.659
Despesas financeiras (Nota 27)	(477.961)	(453.364)
	(454.652)	(445.705)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(379.897)	(394.751)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 28)	(251.884)	-
Prejuízo do exercício	(631.781)	(394.751)
Quantidade de ações	1.445.000	1.445.000
Prejuízo por ação - Em reais	(0,44)	(0,27)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do exercício	(631.781)	(394.751)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(631.781)</u>	<u>(394.751)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital Social			Prejuízos Acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Total		
31 de dezembro de 2018	1.235.000	-	1.235.000	(1.168.978)	66.022
Subscrição de capital (Nota 21)	220.000	(220.000)	-	-	-
Integralização de capital (Nota 21)	-	210.000	210.000	-	210.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(394.751)	(394.751)
31 de dezembro de 2019	1.455.000	(10.000)	1.445.000	(1.563.729)	(118.729)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(631.781)	(631.781)
31 de dezembro de 2020	1.455.000	(10.000)	1.445.000	(2.195.510)	(750.510)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(379.897)	(394.751)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	123.430	108.425
Provisões	22.207	(12.480)
Contribuição variável	4.769	7.906
Direito com poder concedente	(38.602)	
Outras receitas/despesas	114	(523)
Resultado financeiro	<u>472.150</u>	<u>426.887</u>
	204.171	135.464
Variações ativas e passivas:		
Contas a receber de clientes	14.450	12.622
Partes relacionadas	(7.969)	21.408
Tributos a recuperar	5.753	5.729
Despesas antecipadas	1.057	2.457
Outros ativos	352	938
Depósitos judiciais	2.251	(334)
Aquisição de bens intangíveis	(13.926)	(17.639)
Salários e encargos sociais	(5.082)	(456)
Fornecedores	(6.547)	(8.966)
Tributos a recolher	13.486	(297)
Outros passivos	(9.328)	5.422
Adiantamento de clientes	(1.788)	(10.734)
Compromisso com o poder concedente	<u>(151.867)</u>	<u>(274.706)</u>
	(159.158)	(264.556)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	45.013	(129.092)
Juros pagos	(22.975)	(86.800)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	22.038	(215.892)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira/depósitos vinculados	(4.828)	(9.078)
Aquisição de bens imobilizados	(225)	(366)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.053)	(9.444)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	210.000
Empréstimos e financiamentos obtidos	18.000	36.000
Pagamento - principal de empréstimos e financiamentos	(48.289)	(268)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(30.289)	245.732
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(13.304)	20.396
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	77.538	57.142
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	64.234	77.538

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impactos do Covid-19 (Coronavírus)

O Aeroporto de Brasília registrou em dezembro um fluxo de 1 milhão de passageiros. Esta foi a primeira vez depois de 9 meses que o terminal aéreo marca este dado que era o movimento regular do aeródromo. Este número apesar de ser 65% inferior ao esperado para o período demonstra a recuperação do setor. Mês a mês vem acontecendo um recobrimento da movimentação área e de passageiros. A alta temporada de verão e o aquecimento do turismo interno foram os responsáveis pela demanda no último trimestre do ano. Para que esta retomada aconteça de forma tranquila a atenção e todos os procedimentos sanitários foram intensificados para receber um número maior de pessoas.

A retomada internacional continua lenta devido ao fechamento de fronteira e as novas exigências para entrada e saída de diversos países. Brasília continua com ligações diretas para Portugal e Panamá. Os outros destinos operados anteriormente no Aeroporto para o exterior continuam suspensos.

Em função do impacto gerado pela pandemia, a Companhia entrou com pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Isso foi possível ao devido ao reconhecimento pela União que a pandemia do Covid-19 é um caso de “força maior” ou “caso fortuito”, ou seja, o prejuízo do impacto da pandemia não faz parte dos riscos assumidos pela iniciativa privada e deve ser compensado pelo Governo Federal. Diante disto, a ANAC definiu como premissa para esse reequilíbrio a compensação de acordo com o resultado operacional projetado da companhia, no cenário sem pandemia (contra factual).

Em dezembro de 2020 a ANAC aprovou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato referente ao ano de 2020 no valor de R\$ 186,9 milhões, que será recebido através de compensação das outorgas fixas, variáveis e contribuição mensal.

Também em dezembro de 2020 o contrato de concessão foi aditivado, com base na Lei nº 14.034/20, que postergou o pagamento das outorgas fixas e variáveis dos aeroportos de maio e julho para dezembro de 2020 e permite o reperfilamento da outorga de 2020. Esse aditivo postergou 50% do pagamento da outorga fixa de 2020 para os últimos 6 anos do contrato e permitiu a mudança da data de pagamento da outorga fixa de julho para dezembro até o ano de 2032, essas mudanças de fluxo de pagamento não alteram o valor presente da dívida no marco zero.

Para auxiliar no enfrentamento da crise causada pela Covid-19 e apoiar na manutenção dos empregos, o Ministério da Economia prorrogou a política de redução da jornada de trabalho até o final de 2020. Esta iniciativa do Governo evitou a demissão de funcionários e preservou empregos. Mesmo com o impacto negativo no fluxo de caixa decorrente da redução das receitas, a Companhia manteve 100% de todos os benefícios aos seus funcionários e honrou seus compromissos com fornecedores e prestadores de serviço.

A Companhia, apesar do capital circulante e do patrimônio líquido negativos, possui condições para honrar seus compromissos financeiros de acordo com as perspectivas do negócio, amparados em seu contrato de concessão o qual permite os pleitos perante o poder público de reequilíbrio, além disso estão previstos em plano de negócio aporte dos acionistas visando a continuidade da operação.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2021.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Essas demonstrações foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual Companhia atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os saldos bancários mantidos em conta corrente e em fundos de investimento de renda fixa, prontamente conversíveis e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir:

- **Custo amortizado:** os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- **Valor justo por meio do resultado:** os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Em geral, leva-se em consideração os valores vencidos há mais de 90 dias ou em menor período, caso já avaliado o risco. A administração entende que a provisão para riscos sobre o contas a receber está adequada e reflete o historio de perdas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Em junho de 2020, a Companhia liquidou as transações com instrumentos financeiros derivativos que havia contratado com o Banco Votorantim em 2019 (Nota 15).

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se aplicável.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social diferido são calculados com a base nas leis tributárias na data do balanço, sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes (Nota 28).

2.8 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente, podem ser classificados e contabilizados de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens.

2.10 Intangível

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados.

A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo dos 25 anos da concessão do aeroporto, a qual se inicia em 24 de julho de 2012, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização,

(a) Direito de concessão (outorga)

A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é calculada com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto.

No momento do reconhecimento inicial, a Companhia separa este direito em duas partes. O valor da primeira parte é estimado com base em quanto vale este direito na hipótese de se manter inalterada a capacidade operacional do aeroporto. Por consequência, a segunda parte refere-se ao valor que a Companhia estima que valha esse direito após a ampliação da capacidade do aeroporto com a adição de todos os encargos financeiros diretamente atribuíveis, de acordo com o estabelecido no CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

A Companhia começou a usufruir dos benefícios econômicos relacionados a primeira parte desde o início da operação, assim sua amortização também tem início neste momento. Por outro lado, a Companhia só começou a usufruir dos benefícios da segunda parte deste direito após a ampliação da capacidade do aeroporto, portanto sua amortização se iniciou após a conclusão das obras de ampliação.

(b) Infraestrutura da Concessão

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão – não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a este ativo.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.13 Compromissos com o poder concedente

O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão.

As contribuições fixa e variável estão registradas sob a denominação “Compromissos com o poder concedente” no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

(a) Outorga

A contribuição fixa foi estabelecida no contrato de concessão no valor de R\$ 4.501.132, dividido em 25 parcelas anuais iguais e consecutivas corrigidas pelo IPCA. Esta obrigação foi registrada a valor presente.

A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, registrado no ativo intangível. A contrapartida atribuível à primeira parte deste ativo que tem seus benefícios gerados desde o início da operação do aeroporto é registrada no resultado do exercício como despesa financeira.

Por sua vez, a contrapartida atribuível à segunda parte deste ativo, é registrada como adição ao seu custo enquanto este ainda estiver em andamento. Após a entrada em operação, os encargos financeiros passam a ser registrados no resultado do exercício.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2018 o pagamento da parcela Outorga Fixa foi somente de 8% do valor total, devido a negociação em 2017, que antecipou 46% e postergou os outros 46% para os quatro últimos anos de Concessão, gerando benefício direto ao fluxo de caixa da Companhia. Em 2019 os pagamentos foram retomados de forma integral (Nota 17).

Em 2020 o pagamento da parcela da outorga fixa foi de 50% do valor total, os demais 50% foram postergados para as seis últimas parcelas do contrato, conforme previsto na Lei nº 14.034/20 e 4º termo aditivo do contrato de concessão.

(b) Contribuição Variável

O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada sobre o total das receitas brutas, tarifárias e não tarifárias da Companhia. O percentual aplicado é de 2% até um limite de receita anual estipulado pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e após este limite o percentual aplicado é de 4,5%, reconhecidos por competência. O limite estabelecido em 2020, conforme contrato de concessão, foi de R\$ 683.716 (2019 – R\$ 624.521), valor já atualizado pela inflação acumulada. O pagamento desta contribuição ocorrerá sempre na data de apresentação das demonstrações financeiras, já auditadas, para a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. O limite estabelecido no contrato de concessão para esta apresentação é no dia 15 de maio do exercício subsequente, porém em 2020 devido a pandemia do covid-19 esse prazo foi postergado para 18 de dezembro de 2020.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Não foi constituída provisão para manutenção e recuperação da estrutura, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada.

2.16 Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e foram registradas com base na competência contábil. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Receitas tarifárias

A Companhia obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As receitas tarifárias são afetadas ainda por dois indicadores da ANAC: fator X e Q.

O fator X foi estabelecido para captar as variáveis associadas a produtividade e eficiência da indústria aeroportuária, podendo gerar efeito positivo ou negativo nas tarifas. O início da sua aplicação ocorreu a partir do terceiro ano da concessão, contados a partir da data de eficácia do contrato, 24 de julho de 2012.

O fator Q mensura a qualidade dos serviços prestados através de parâmetros estabelecidos no PEA-Plano de Exploração Aeroportuária e poderá afetar positiva ou negativamente as tarifas. Para o ano de 2019 o fator Q resultou em uma bonificação de 1,2114% no reajuste tarifário.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a cada cinco anos haverá revisão dos parâmetros da concessão que visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro. Esta revisão abrange os indicadores de

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

qualidade de serviço que são base para o cálculo do fator Q, a metodologia de cálculo do fator X e do fator Q e a taxa de desconto a ser utilizada no Fluxo de Caixa Marginal.

(b) Receitas não tarifárias

A Companhia também obtém receitas explorando outras atividades no aeroporto, como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e serviços de telecomunicações às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

2.18 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As normas elencadas a seguir foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020, mas não tiveram impactos materiais para a Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais alterações</u>
CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.
Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material	As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor

- IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Amortização do ativo intangível

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é realizada dentro do prazo da concessão. O cálculo deve representar o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dá em função da curva de demanda. No período de janeiro a dezembro de 2020 a taxa média utilizada foi de 3,27% (janeiro a dezembro de 2019 – 2,86%), que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão.

(b) Taxa de desconto

O ajuste a valor presente da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 6,81% a.a. conforme contrato de concessão, estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. A administração entende que o ativo fiscal diferido registrado é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro e estimado com base no plano de negócio e nos orçamentos aprovados, extrapolado para todo o período de concessão.

(d) Provisões

As provisões são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos tributos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

4.2 Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode propor, mediante a aprovação dos acionistas, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações ou a venda de ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Até o momento a Companhia não realizou distribuição de dividendos.

4.4 Risco de mercado

4.4.1 Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos compromissos, presentemente assumidos.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.5 Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas estimadas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

4.6 Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

	Menos de 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	Mais 5 anos	Total	Juros a Incorrer	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	61.455	424.955	282.677	984.953	1.754.040	(584.902)	1.169.138
Compromisso com o poder concedente	277.392	594.543	646.774	6.591.758	8.110.467	(4.886.494)	3.223.973
Fornecedores	35.820	-	-	-	35.820	-	35.820
Partes relacionadas	35.373	-	-	2.376	37.749	-	37.749
Outros passivos	31.859	978	1.064	9.091	42.992	(7.346)	35.646
Total	441.899	1.020.476	930.515	7.588.178	9.981.068	(5.478.742)	4.502.326

4.7 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores com base no valor contábil, menos perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, são próximos de seus valores justos. Os valores justos dos passivos financeiros, para fins de divulgação, são estimados pelo desconto do fluxo de caixa contratual futuro com a taxa de juros de mercado vigente disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os empréstimos são apresentados a custo amortizado, que se aproxima do valor justo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	11	14
Contas Correntes	3.747	1.077
Aplicações financeiras (a)	55.397	44.902
Aplicações financeiras (b)	5.079	31.545
Total	64.234	77.538

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) As aplicações financeiras são Certificados de Depósitos Bancários de curto prazo, a uma taxa média ponderada de 101% do CDI, com liquidez imediata.
(b) Aplicações automáticas a uma taxa média de 45,06% do CDI, com liquidez imediata.

5.1 Depósitos vinculados

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações financeiras - Garantia Empréstimo (a)	33.451	28.623
Total	33.451	28.623

- (a) Aplicações financeiras vinculadas às contas garantias têm por finalidade garantir as parcelas da dívida de longo prazo, conforme o contrato de empréstimo do BNDES (Nota 16), são aplicadas em quotas de Fundo de Investimento, a uma taxa anual de 106,09% do CDI, com liquidez imediata

6 Contas a receber de clientes

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Atividades tarifárias		
Passageiros	8.115	28.118
Aeronaves	6.593	8.561
Cargas	390	414
	<u>15.098</u>	<u>37.093</u>
Atividades não tarifárias		
Cessão de Espaço	16.885	21.950
Outros	5.356	7.251
	<u>22.241</u>	<u>29.201</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.880)	(17.274)
	<u>24.459</u>	<u>49.020</u>

Movimentação de provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 31 de dezembro	(17.274)	(27.712)
Provisão	(20.653)	(22.540)
Baixa para perda	14.505	16.134
Reversão	10.542	16.844
Saldo em 31 de dezembro	<u>(12.880)</u>	<u>(17.274)</u>

7 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características próprias de cada transação.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo:		
Contas a receber - Cessão de espaço		
Infraero - Acionista direto (a)	24	23
	<u>24</u>	<u>23</u>
Passivo:		
Custos compartilhados incorridos na transição		
Infraero - Acionista direto (c)	2.376	2.328
A.C.I Aiports (d)	35.373	21.581
	<u>37.749</u>	<u>23.909</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado:		
Custos compartilhados		
Infraero - Acionista direto (a) e (c)	29	205
A.C.I Aiports (d)	21.808	-
Despesas a recuperar		
Inframerica ASGA - Participante indireto (b)	-	(98)
	<u>21.837</u>	<u>107</u>

(a) Cobrança de espaços utilizados pela Infraero no sítio aeroportuário.
(b) Recuperação de despesas diversas, dentre elas salários e encargos.
(c) Despesas com uso de sistemas da Infraero.
(d) Garantias contrato de financiamento

7.1 A remuneração dos diretores e das pessoas-chave da Administração em 31 de dezembro é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	10.898	11.406
Benefícios	306	299
Total	<u>11.204</u>	<u>11.705</u>

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Tributos a recuperar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	2.813	1.533
Contribuição social s/ lucro líquido – CSLL	196	2.069
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS	-	1.109
Programa de integração social - PIS (a)	261	1.810
Contribuição para o finan. da seguridade social - COFINS (a)	1.202	1.034
Outros	709	579
	<u>5.181</u>	<u>8.134</u>
Não Circulante		
Programa de integração social - PIS (a)	7.266	6.513
Contribuição para o finan. da seguridade social - COFINS (a)	33.468	34.841
	<u>40.734</u>	<u>41.354</u>
Total	<u>45.915</u>	<u>49.488</u>

(a) Crédito de PIS/COFINS da aquisição de ativo intangível segregado entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

9 Depósitos judiciais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Não Circulante		
Depósitos Judicial - Cível (a)	969	3.575
Depósitos Judicial - Trabalhista	1.163	804
Depósitos Judicial - Tributário	-	4
Total	<u>2.132</u>	<u>4.383</u>

(a) Baixa no valor de R\$ 2,5 milhões, conforme sentença, referente a honorários de sucumbência de processo judicial.

10 Outros ativos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento a fornecedores	325	945
Materiais de manutenção a consumir	2.368	2.381
Benefícios a funcionários	775	344
Outros	176	216
Total	<u>3.644</u>	<u>3.886</u>

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2018	Movimentações 2019		Saldos em 31/12/2019	Movimentações 2020		Saldos em 31/12/2020
			Adições	Transfer.		Adições	Transfer.	
Custo								
Máquinas e equipamentos		226	-	(114)	112	11	-	123
Móveis e utensílios		1.183	4	(6)	1.181	109	-	1.290
Equipamentos de informática		3.291	362	(1.452)	2.201	105	45	2.351
		4.700	366	(1.572)	3.494	225	45	3.764
(-) Depreciação Acumulada:								
Máquinas e equipamentos	20%	(153)	(16)	88	(81)	(9)	-	(90)
Móveis e utensílios	10%	(554)	(106)	3	(657)	(115)	-	(772)
Equipamentos de informática	20%	(2.374)	(373)	1.348	(1.399)	(144)	-	(1.543)
		(3.081)	(495)	1.439	(2.137)	(268)	-	(2.405)
Total		1.619	(129)	(133)	1.357	(43)	45	1.359

12 Intangível

	Saldos em 31/12/2018	Movimentações 2019		Saldos em 31/12/2019	Movimentações 2020		Saldos em 31/12/2020
		Adições	Transf.		Adições	Transf.	
Intangível em Operação:							
Infraestrutura	1.405.757	8.658	8.640	1.423.055	6.952	15.726	1.445.733
Outorga de Concessão	2.746.250	-	(60.806)	2.685.444	-	-	2.685.444
Projetos	4.735	11	-	4.746	-	-	4.746
Software	7.951	51	-	8.002	639	996	9.637
	4.164.693	8.720	(52.166)	4.121.247	7.591	16.722	4.145.560
(-) Amortização Acumulada:							
Infraestrutura	(181.490)	(37.516)	(1.439)	(220.445)	(42.963)	-	(263.408)
Outorga de Concessão	(397.536)	(71.920)	60.806	(408.650)	(81.053)	-	(489.703)
Projetos	(650)	(181)	-	(831)	(139)	-	(970)
Software	(1.465)	(347)	-	(1.812)	(1.309)	-	(3.121)
	(581.141)	(109.964)	59.367	(631.738)	(125.464)	-	(757.202)
Intangível em Andamento:							
Infraestrutura	9.260	8.919	(7.068)	11.111	6.335	(16.767)	679
Projetos	-	-	-	-	-	-	-
	9.260	8.919	(7.068)	11.111	6.335	(16.767)	679
Total	3.592.812	(92.325)	133	3.500.620	(111.538)	(45)	3.389.037

Considerando o cenário de incertezas apresentado pelo Covid-19, conforme apresentado na Nota 1, foram identificados indicadores de perda por impairment e, por esse motivo, foi realizado teste de impairment, em data base preliminar, para a referência de 31/12/2020, a fim de testar a recuperabilidade do valor contábil do Ativo Intangível. Foram considerados na análise os impactos no fluxo de caixa projetado, assim como os efeitos na taxa de desconto. Cabe ressaltar que os principais efeitos no fluxo caixa projetado são derivados queda abrupta na demanda de passageiros que tem reflexo em toda estrutura de receita e custo da Companhia. Quanto aos impactos na taxa de desconto, ressaltamos o aumento do risco país no mês de março e incremento do risco do negócio, mensurado a partir dos pares comparáveis, como principais fatores para o aumento da WACC - *Weighted Average Cost of Capital*. Foi aplicado o teste de impairment e não identificada a necessidade de registro de perda por impairment, dado que o valor recuperável apurado é superior ao saldo contábil do ativo.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Salários e encargos sociais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários a pagar	-	7
Impostos de Renda - IRRF	1081	801
FGTS a recolher	660	376
INSS a recolher	2.646	2.588
Férias a pagar	4.406	4.577
Remuneração variável	5.318	5.609
Outros	334	53
Total	<u>14.445</u>	<u>14.011</u>

14 Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores nacionais	34.369	26.784
Fornecedores estrangeiros	1.451	2.258
Total	<u>35.820</u>	<u>29.042</u>

15 Instrumentos financeiros derivativos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>
Swaps de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	-	110
Parcela circulante	<u>-</u>	<u>110</u>

A operação com contratação de derivativo foi liquidada em junho de 2020. Essa operação foi contratada em conjunto com o empréstimo em moeda estrangeira obtido junto ao Banco Votorantim (Nota 16) e foram registradas a valor justo por meio do resultado (Nota 27).

16 Empréstimos e financiamentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
BNDES	43.153	41.136
Votorantim	18.028	36.296
Finame	274	273
	<u>61.455</u>	<u>77.705</u>
Não circulante		
BNDES	1.107.524	1.049.273
Finame	159	428
	<u>1.107.683</u>	<u>1.049.701</u>
Total	<u>1.169.138</u>	<u>1.127.406</u>

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação de empréstimo

	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro	1.127.406	1.080.005
Liberação	18.000	36.000
Pagamento de principal	(48.289)	(268)
Pagamento de juros e encargos	(22.975)	(86.800)
Apropriação de juros	86.838	98.215
Variação cambial	8.158	254
Saldo em 31 de dezembro	1.169.138	1.127.406

Nos meses de abril, maio e junho de 2020 foram captados recursos para capital de giro com o Banco Votorantim, no valor de R\$ 18 milhões com vencimento original em set/2020, que foi aditivado alterando o vencimento para jun/2021. No primeiro semestre de 2020 foi liquidada a operação em moeda estrangeira junto ao Banco Votorantim.

O valor contábil considera juros a apropriar, apresentado a seguir:

	Captação Corrigida	Juros a apropriar	Valor contábil
Financiamento infraestrutura	1.808.887	(718.479)	1.090.408
Empréstimo em moeda estrangeira	36.630	(334)	36.296
Financiamento de equipamentos	702	-	702
31 de dezembro de 2019	1.846.219	(718.813)	1.127.406
Financiamento infraestrutura	1.768.538	(617.861)	1.150.677
Empréstimo para capital de giro	18.289	(261)	18.028
Financiamento de equipamentos	545	(112)	433
31 de dezembro de 2020	1.787.372	(618.234)	1.169.138

Banco	Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	Saldo
31 de dezembro de 2019		891.106			1.127.406
BNDES	fev/14	492.067	dez/33	TJLP + 3,14%	726.428
BNDES	abr/14	61.946	dez/33	TJLP + 3,14%	90.383
BRADESCO	ago/17	821	jul/22	TJLP + 8,10%	312
BRADESCO	ago/17	272	jul/22	Selic + 7,38%	122
BNDES	mar/18	300.000	dez/33	TJLP + 3,14%	333.866
VOTORANTIM	abr/20	6.000	jul/21	CDI + 4,55%	6.009
VOTORANTIM	mai/20	6.000	jul/21	CDI + 4,55%	6.009
VOTORANTIM	jun/20	6.000	jul/21	CDI + 4,55%	6.009
31 de dezembro de 2020		873.106			1.169.138

Segue abaixo a projeção por ano dos empréstimos de longo prazo:
26 de 36

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Período	Valor presente	Juros a transcorrer	Projeção
2022	59.426	82.429	141.855
2023	63.854	77.745	141.599
2024	68.796	72.705	141.501
2025	74.121	67.274	141.395
2026	79.858	61.424	141.282
2027 em diante	761.628	223.325	984.953
Total	1.107.683	584.902	1.692.585

Nos contratos de financiamentos de longo prazo, celebrados entre a Companhia e BNDES, foram apresentadas as seguintes garantias:

- Cessão Fiduciária de Recebíveis;
- Penhor de Ações da Inframerica Participações S.A.;
- Penhor de Ações da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.;
- Fiança Corporativa dos Acionistas: American International Airports LLC, ACI Airports S.A.R.L - (ACI) e Corporación América S.A. - (CASA).
- Guaranty Letter emitida por CAAP em 17/04/2020, referente à operação de CCB, na qual o Banco Votorantim nos desembolsou R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) para pagamento das parcelas da FRN nº 6111905290005.

17 Compromissos com o poder concedente

As obrigações reconhecidas no passivo circulante referem-se à contribuição variável e a contribuição fixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A parcela da contribuição fixa é corrigida monetariamente com base no IPCA compreendido no exercício.

	2020	2019
Contribuição variável – Outorga	4.704	7.886
Contribuição fixa – Outorga	3.262.828	3.056.899
Compensação financeira (a)	(43.559)	(4.957)
	3.223.973	3.059.828
Circulante (a)	277.392	291.958
Não circulante	2.946.581	2.767.870
	3.223.973	3.059.828

- (a) Compensação referente reequilíbrio financeiro de ganho do pleito junto a ANAC por redução da tarifa estabelecida do Teca (terminal de carga) após contrato de concessão e reequilíbrio financeiro dos impactos relacionados ao Covid-19 (nota 1).

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos compromissos com o poder concedente:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 31 de dezembro	3.059.828	2.998.732
Pagamento da Outorga fixa (b)	(143.654)	(273.052)
Pagamento de contribuição variável (b)	(8.213)	(7.704)
Apropriação - contribuição variável	4.769	7.905
Apropriação AVP	198.750	201.265
Apropriação - correção monetária	151.095	127.809
Compensação dos reequilíbrios	151.867	6.050
Apropriação de pleito de reequilíbrio (a)	(190.469)	(1.177)
Saldo em 31 de dezembro	3.223.973	3.059.828

- (a) Apropriação de pleito dos Reequilíbrios Econômicos Financeiros – REF foram efetuadas com deliberação da ANAC. Para o REF - Scanner foi deliberado referente a serviços de mão de obra para nos serviços de escâneres com a Receita Federal que não estavam previstos no contrato. O REF Teca-Teca, é referente a mudança de algumas tarifas de cargas após assinatura do contrato de concessão. Para o REF – Covid é devido aos impactos causados pela pandemia (nota 1).
- (b) Em 2020, o pagamento da outorga fixa e variável foi por meio de compensação dos REF concedidos pela ANAC, conforme quadro a baixo:

	<u>REF - Covid-19</u>	<u>REF - Scanner</u>	<u>REF - Teca-Teca</u>	<u>Total</u>
Receita operacional	177.451	2.197	-	179.648
Correção monetária	9.491	686	356	10.533
Apropriação AVP	-	-	288	288
Reequilíbrio apropriado em 2020	186.942	2.883	644	190.469
Compensação Outorga Fixa	(140.297)	(2.883)	(474)	(143.654)
Compensação Outorga Variável	(8.213)	-	-	(8.213)
Saldo a compensar	38.432	-	170	38.602

18 Adiantamentos de clientes

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Direitos de exclusividade	9.536	7.382
Demais adiantamentos	2.226	1.282
	11.762	8.664
Não circulante		
Direitos de exclusividade	69.895	58.262
Demais adiantamentos	5.000	21.519
	74.895	79.781
Total	86.657	88.445

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referente a adiantamentos de clientes cuja contrapartida está relacionada à transmissão do direito de exclusividade na exploração de determinados negócios, dentro do escopo das atividades que podem ser objeto de geração de receitas não-tarifárias. Os referidos valores são diferidos durante o prazo de vigência dos contratos.

19 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda, classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prováveis		
Regulatórias/Administrativa	636	1.126
Cíveis	2.328	4.800
Trabalhistas	<u>4.970</u>	<u>3.105</u>
	<u>7.934</u>	<u>9.031</u>
Possíveis		
Cíveis	56.010	50.301
Tributária	-	904
Trabalhistas	<u>9.173</u>	<u>10.333</u>
	<u>65.182</u>	<u>61.538</u>
Total	<u>73.116</u>	<u>70.569</u>

Movimentação das provisões de risco provável

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>9.031</u>	<u>11.073</u>
Provisão	5.511	3.874
Baixa por reversão	(309)	(5.276)
Baixa por pagamento	<u>(6.299)</u>	<u>(640)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>7.934</u>	<u>9.031</u>

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Outros passivos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Repasso FNAC (a)	6.964	12.777
Repasso ATAERO (b)	9.022	9.049
Repasso PAN/PAT (c)	283	384
Garantias diversas (d)	2.854	2.764
Investimento a Realizar (e)	4.938	4.938
Contribuição Mensal (f)	7.150	10.859
Receita antecipada (g)	427	421
Outros	<u>221</u>	<u>7</u>
	31.859	41.199
Não circulante		
Receita antecipada (g)	<u>3.787</u>	<u>3.929</u>
	3.787	3.929
Total	<u>35.646</u>	<u>45.128</u>

- (a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999. O valor repassado corresponderá sempre a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do contrato de concessão. A partir de 01 de janeiro de 2021, este repasse será extinto pela Lei nº 14.034, de 05 de agosto de 2020;
- (b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários. A partir de 1º de janeiro de 2017 este adicional foi extinto pela Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016;
- (c) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme o PMD (peso máximo da decolagem);
- (d) Garantias diversas estabelecidas nos contratos de cessão de espaço. Caso não ocorram quebras contratuais, tais valores serão devolvidos aos respectivos clientes;
- (e) Refere-se ao valor dos investimentos em benfeitorias a serem realizados no estacionamento, repassados à Companhia conforme previsto no contrato de exploração do estacionamento;
- (f) A contribuição mensal, sancionada pela Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016, é um adicional cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 23,44%, que substituiu a partir de 01 de janeiro de 2017 o repasse ATAERO. Esse percentual é recolhido ao Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) e corresponde a 35,90% (ATAERO) descontado os tributos.
- (g) Conforme decisão da ANAC de nº 158, de 11 de outubro de 2018, referente a revisão extraordinária do contrato de concessão, estabeleceu recomposição do equilíbrio econômico-financeiro sobre redução de tarifa de carga, sendo reconhecida receita diferida sobre a compensação financeira a ser apropriada no prazo da concessão.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é representado por 1.455.000.000 de ações nominativas, sendo: 742.050.000 ações detidas pela Inframerica Participações S.A. e 712.950.000 ações detidas pela Infraero, representativo a 51% e 49%, respectivamente.

	2020			2019		
	Infraero	Participações	Total	Infraero	Participações	Total
Ações	712.950	742.050	1.455.000	712.950	742.050	1.455.000
Subscrito	712.950	742.050	1.455.000	712.950	742.050	1.455.000
A integralizar	(4.900)	(5.100)	(10.000)	(4.900)	(5.100)	(10.000)
Integralizado	708.050	736.950	1.445.000	708.050	736.950	1.445.000

22 Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita bruta – Tarifária	129.692	256.220
Receita bruta – Não Tarifária (a)	135.241	199.933
Contribuição mensal	(26.371)	(52.016)
Outras Deduções	(3)	-
COFINS	(19.376)	(33.663)
PIS	(4.207)	(7.309)
ISS	(3.184)	(5.942)
Receita líquida	211.792	357.223

(a) As receitas não tarifárias incluem a cessão de espaços físicos para a exploração de diversas atividades.

Os impostos incidentes sobre os serviços, consistem principalmente de ISS calculado às alíquotas em vigor no Distrito Federal (2%) e relacionadas ao PIS (1,65%) e COFINS (7,6%).

23 Custo dos serviços prestados

	2020	2019
Pessoal	(58.816)	(68.009)
Serviços de terceiros	(18.773)	(26.852)
Utilidades e telecomunicações	(7.448)	(8.053)
Manutenção	(16.897)	(24.948)
Amortização e depreciação	(44.411)	(38.043)
Amortização Outorga fixa (a)	(78.751)	(69.887)
Outorga variável (b)	(4.769)	(7.905)
Impostos e taxas	(738)	(1.165)
Tecnologia	(5.378)	(6.564)
Outros	(11.527)	(14.540)
Total	(247.508)	(265.966)

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Valor da amortização da outorga fixa registrado na Companhia, o qual é calculado com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto;
- b) O valor da outorga variável é calculado com base na receita bruta da Companhia, excluindo o efeito da contribuição mensal e aplicando um percentual de 2% até um limite de receita anual, estipulado ANAC.

24 Despesas administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	(20.787)	(22.484)
Serviços de terceiros	(3.938)	(3.073)
Amortização e depreciação	(268)	(496)
Seguros	(1.195)	(1.131)
Tecnologia da informação	(1.779)	(3.380)
Impostos e taxas	(1.510)	998
Provisões Judiciais	440	(1.388)
Locomoção	(159)	(677)
Outros	(6.494)	(2.332)
Total	(35.690)	(33.963)

25 Despesas comerciais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	(5.025)	(4.917)
Serviços de terceiros	(1.065)	(1.454)
Tecnologia da informação	(158)	(147)
PCLD e Perdas efetivas contas a receber (a)	(10.022)	(2.681)
Outros	(332)	(1.077)
Total	(16.602)	(10.276)

- a) O crescimento em relação ao período anterior se deve pelo impacto econômico referente à pandemia do Covid-19, em 2020.

26 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Recuperação de despesas	21	3.599
Reequilíbrio Econômico-financeiro (a)	163.412	761
Outros	(670)	(424)
Total	162.763	3.936

- (a) Abertura do REF - Reequilíbrio Econômico-financeiro:

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Receita</u>	<u>(-) Impostos (*)</u>	<u>Total</u>
REF - Teca-Teca	839	(78)	761
Em 31 de dezembro de 2019	<u>839</u>	<u>(78)</u>	<u>761</u>
REF - Covid-19	177.451	(16.414)	161.037
REF - Scanner	2.197	(203)	1.994
REF - Teca-Teca	420	(39)	381
Em 31 de dezembro de 2020	<u>180.068</u>	<u>(16.656)</u>	<u>163.412</u>

(*) PIS e COFINS

27 Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita Financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	2.051	4.125
Descontos obtidos	364	19
Variação monetária cambial positiva	818	334
Ganho com instrumento financeiro SWAP	8.238	110
Correção monetária – Reequilíbrio econômico-financeiro	10.533	485
Outros	1.305	2.586
	<u>23.309</u>	<u>7.659</u>
Despesa Financeira		
Ajuste a valor presente – Direito de concessão	(198.750)	(201.265)
Juros, encargos e taxas bancárias	(90.048)	(123.150)
Correção monetária – Direito de concessão (a)	(151.095)	(127.809)
Variação monetária cambial negativa	(9.315)	(599)
Fiança bancária (b)	(28.753)	-
Perdas com instrumento financeiro SWAP	-	(541)
	<u>(477.961)</u>	<u>(453.364)</u>
Total	<u>(454.652)</u>	<u>(445.705)</u>

(a) A correção monetária sofre impacto direto do IPCA que, em dezembro de 2020, foi de 4,52%, acumulado (em dezembro de 2019 4,31%).

(b) Partes relacionadas com A.C.I Aiports (Nota 7).

28 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias, base negativa e prejuízo fiscal auferidos no exercício de 2020, conforme demonstrado a seguir:

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) - Reconciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos no exercício referem-se:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(379.897)	(394.751)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	129.165	134.215
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período		
Diferenças permanentes	(1.405)	(1.821)
Despesa de Imposto de renda e contribuição social		
Baixa de prejuízo fiscal	(291.561)	-
Diferido diferenças temporárias efeitos passados	21.214	-
Diferido prejuízo fiscal período não constituídos	(109.297)	(93.563)
Diferido diferenças temporárias	-	(38.831)
Total do imposto no resultado - efetiva	(251.884)	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(251.884)	-

(b) - Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Absorvendo os efeitos econômicos à nível global, trazidos pela pandemia do novo Coronavírus, a Companhia revisou as projeções, onde foi observada a necessidade da baixa de parte dos valores registrados à título de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, sobre o prejuízo fiscal acumulado, no valor de R\$ 291.561.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo

Ativo	2020	2019
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	876.962	767.665
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL Não Constituído	<u>(512.830)</u>	<u>(132.394)</u>
	364.132	635.271
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.932	2.305
Perdas estimada para créditos de liquidação duvidosa	4.379	5.873
Provisão para despesas diversas	21.200	11.158
Provisões para participação nos resultados	1.784	1.832
Ajustes a valor presente - Outorga Fiscal	21.302	15.713
Ajustes a valor presente - reequilíbrio econômico	44	45
	<u>50.641</u>	<u>36.926</u>
Total	414.773	672.197
Passivo		
Margem de construção	(6.632)	(6.874)
Diferenças entre depreciação societária e fiscal	(5.764)	(6.109)
Outorga fiscal (a)	<u>(82.150)</u>	<u>(87.104)</u>
Total	(94.546)	(100.087)
Imposto de Renda e contribuição Social Diferidos Constituídos	320.227	572.110

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de Concessão, conforme Inciso IV do artigo 69 da Lei nº 12.973/2014.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferidos ativo e passivo:

Movimentação do Imposto de Renda e contribuição Social Diferidos Constituídos

	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	572.110	572.110
Baixa do prejuízo fiscal	(291.561)	-
Diferenças temporárias constituídas	39.678	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>320.227</u>	<u>572.110</u>

(c) - Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados até o final da concessão. A expectativa da Companhia para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Compensação Diferido Líquido</u>
2029	3413
2030	7.721
2031	16.968
2032	27.839
2033	40.827
2034 em diante	267.364
	<u>364.132</u>

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas.

29 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de risco para mitigar riscos, contratando a cobertura de seguro compatível com seu tamanho e operações no mercado. Os valores do seguro são considerados suficientes pela administração para cobrir possíveis perdas, levando em consideração a natureza das atividades, os riscos envolvidos nas operações e o conselho de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Vigência</u>
RO - PATRIMONIAL	Perdas e danos nos bens patrimoniais incluídos na apólice	486.886	dez/2020 a dez/2021
RC HANGAR (a)	Cobertura de danos ao concessionário e operador aeroportuário	500.000	dez/2020 a dez/2021
PERFORMANCE	Garantia de execução do contrato de concessão junto à ANAC	206.572	dez/2020 a dez/2021
D&O	Responsabilidade Civil aos Administradores e Diretores	103.835	dez/2020 a dez/2021
RC -GERAL	Reparação de danos materiais a terceiros	10.000	dez/2020 a dez/2021
SEGURO ONIBUS	Seguro ônibus	400	Jun/2020 a jun/2021
FROTA	Cobertura frota de veículos	400	Jun/2020 a jun/2021
GARANTIA JUDICIAL	Garantia processo Alumi	4.135	mar/2020 a mar/2022

(a) Seguro contratado em moeda estrangeira (Dólar estadunidenses).


Jorge Arrada Filho
Diretor Presidente


Bruno Souza Ferreira da Silva
Diretor Financeiro


Erica Rocha Vinhal
Contadora
CRC-DF: 15987/O-7 DF